

# Presidente espera que Congresso discuta papel do BC

**Fernando Henrique diz que poderia ter sido menos condescendente com as audiências**

**L**eia, a seguir, a íntegra das perguntas feitas ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o caso Econômico.

**Regina Mamede (TV Record) — Eu gostaria de saber se o governo não teria sofrido todo desgaste político que sofreu com a intervenção do Banco Econômico se o Banco Central trabalhasse completamente fora do alcance de influências políticas. Em caso afirmativo, se o senhor tomaria essa iniciativa e quando é que isso poderia ser feito para tornar o Banco Central independente.**

**Fernando Henrique Cardoso —** Essa é uma matéria de suma importância. Eu imagino que o Congresso deva agora terminar suas reformas e se debruçar sobre ela. Que tipo de independência? Que tipo de relacionamento? Eu acho que o artigo 192 da Constituição, que lida com o sistema financeiro, tem de ser regulamentado. E não só isso. Aproveitar a oportunidade, por exemplo, para criar-se aquilo que nunca se conseguiu, que é um sistema de seguro para depósitos bancários. Para que o Banco Central possa operar de forma que ele não tenha que a toda hora responder: o que você está fazendo com o depositante, fulano de tal, beltrano, pobre? É verdade que não tem proteção; é preciso que haja um seguro. Não havendo esse seguro, o Banco Central, todas as vezes que ele tenta agir, a sociedade reage por motivos de justiça, pretendendo mais justiça para com os depositantes. Então eu acho que não é só uma questão de Banco Central independente. É uma questão de todo o sistema financeiro pensar de uma maneira mais condizente com o momento atual. Nós vamos mandar algumas propostas sobre tudo nesse sentido dos seguros e estamos abertos para ver que tipo de independência vai se propor porque há muitas experiências, há muitas formas diferentes. Eu devo dizer que o sistema nosso aqui, embora não haja uma independência na lei, desde pelo menos o tempo do presidente Itamar até hoje, o Banco Central tem atuado com toda independência. E o governo não tem tomado nenhuma medida que contrarie a base técnica do Banco Central.

**Eu acho que é fundamental assegurar a estabilidade de poder de compra da moeda nacional e o Banco Central tem de ser posto nesta perspectiva, como é que ele contribui para assegurar o poder de compra.**

**José Maria Trindade (Rádio Jovem Pan) —** Esse caso do Banco Econômico acabou repercutindo politicamente no governo e no Congresso Nacional. Eu gostaria de saber se o sr. mantém sua palavra de não investir dinheiro do Tesouro no Banco Econômico e se o sr. tem, eu não diria medo, mas o senador Antônio Carlos Magalhães o intimidado?

**Fernando Henrique —** Essa pergunta não tem sentido. Nós temos que olhar essas questões do ponto de vista do interesse público, não de fulano e beltrano. Quem é que pode intimidar o presidente da República? Se ele está cumprindo um mandato, ele tem consciência do que faz, ele tem clareza de propósitos, ninguém. A não ser a consciência do presidente. É em função dessa consciência que eu atuo. Agora é preciso também que a sociedade, em seu conjunto, perceba que as coisas já mudaram. Que quando se entra num processo de discussão, de negociação, esse processo não há de ser escondido disso ou daquilo. Não, não, as coisas são muito claras, muito fáceis de ser explicadas. E no caso do Banco Econômico acho que estamos agora passando a fazer tempestade em copo d'água, porque isso já está nas mãos de quem deve estar. A discussão é entre os interessados e o Banco Central. Minha preocupação é saber dá para salvaguardar o interesse dos depositantes, dá para fazer com que funcione o banco, que é um interesse regional da Bahia, e legítimo, repito. E recursos do Banco Central nunca estiveram em cogitação, a não ser os que ele já tem lá. A pergunta é outra: como o Banco Central atua de modo a preservar a recuperação dos recursos que lá estão?

**Adriana Vasconcelos (O Globo) —** Embora o sr. já tenha garantido que o Tesouro não vá entrar com nenhum tostão para tentar salvar o Banco Econômico, o presidente do PFL, ontem, disse que esse prejuízo tem que ser repartido entre o Tesouro e os bancos privados. O ministro Malan está em negociação com os bancos privados desde sexta-feira e o presidente do Banco Real adiantou ontem que os bancos privados estão dispostos a honrar os pagamentos dos correntistas dando um empréstimo ao Tesouro. Desta forma, o Tesouro seria mais uma vez envolvido nessa negociação. O sr. concorda com essa proposta? Por que o ministro Malan é que está à frente das negociações e não o presidente do Banco Central?

**Fernando Henrique —** Não existe nenhuma hipótese de empréstimo ao Tesouro. Em segundo lugar, isso não é matéria para o presidente da República, é matéria para o ministro Malan, que é o chefe do presidente do Banco Central. São eles que estão discutindo. Em terceiro lugar, o que o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, disse — e ele é uma pessoa bastante objetiva quando fala e muito construtivo — foi uma outra coisa. É o que eu disse aqui há pouco: o Banco Central tem recursos envolvidos. O que se trata de verificar qual é a melhor maneira para restabelecer condições de o Banco Central reaver recursos envolvidos, se possível de o banco funcionar, e de garantir os depositantes, embora não haja seguro nem obrigação legal por parte do governo. Nós não estamos aqui num braço de ferro. Aqui não há disputa nem de personalidades, como a todo instante eu vejo tentarem fazer disputa pessoal. Não é isso que está em jogo. Para quem é presidente da República ou ministro deste governo a nossa responsabilidade pública é muito maior que isso. Nós estamos pensando o que é melhor para o Brasil e para o Banco Central. De modo que quando se diz que nós não vamos botar dinheiro é o seguinte: nós não vamos pagar para que os donos do banco fiquem com o banco; nós não vamos pagar para que haja uma solução em que os novos proprietários levem o banco a custo zero. Nós vamos criar condições, se possível, para o banco funcionar. E como já há recursos envolvidos, nós temos que calcular, no médio prazo, como é que esses recursos voltam. Infelizmente, no Brasil está havendo politização de matérias que não deveriam ser politizadas. Porque não dizem respeito a disputas, nem regionais, nem pessoais, nem que venham a ser objeto de discussão com esse grau de desconfiança generalizada. Tudo isso é matéria

de análise objetiva: como é que se pode otimizar os resultados. No limite, como é que se pode perder menos. Que o banco ficou numa situação muito difícil, ficou. E é curioso que o debate saiu do principal. O principal é como é que esse banco chegou a esse estado? Quem são os responsáveis por isso? Não somos nem eu, nem o senador Antônio Carlos, nem o Banco Central.

**Monica Waldvogel (SBT) —** O Banco Central alega que liquidar um banco como o Econômico pode custar mais caro ao País do que promover uma operação de salvamento. Neste sentido, se for necessário que algum dinheiro público entre nessa operação de salvamento, o sr. autorizaria? É mais conveniente do que evitar um prejuízo maior, já que não se conseguiria recuperar o recurso que o Banco Central já investiu. Em segundo lugar, por que é tão difícil punir os responsáveis pela quebra de um banco como o Econômico? Não se viu em nenhum outro momento em que houve quebra de instituição financeira a punição dos responsáveis. Neste caso há grandes provas, mas tanto a Receita Federal quanto o Banco Central alegam que é muito difícil punir os culpados. Neste caso o governo vai mostrar que houve alguma modificação, já que, como o sr. mesmo disse, o Brasil se cansou de ver isso?

**Fernando Henrique —** Com relação à primeira pergunta, vou fazer como o Supremo

Tribunal Federal: só respondo em casos específicos. Em tese, eu não respondo nada. Eu não sei qual é a proposta do Banco Central e não posso dizer se é a melhor ou a pior. Sempre responderei, ouvindo o presidente do Banco Central e o ministro da Fazenda, tendo em vista essa preocupação: o que é melhor para o País. Não é o que é melhor para A, B ou C. É melhor para o conjunto, perde-se menos? Ou pode-se ganhar um pouco? Essa vai ser a questão. Não é uma questão de análise objetiva. Mas não me veio ne-

nhuma proposta nesse sentido e eu não sei. O governo não está disposto — isso sim — a jogar dinheiro para fazer de conta que nada houve. Alguém vai perder. Já entramos na segunda parte da sua pergunta. Já houve casos de punição no Brasil. E eu não posso também me antecipar: eu não sei se o que aconteceu no Banco Econômico é fruto de algum mau manejo. Se for fruto de mau manejo, aí eu acho que a responsabilidade tem que ser verificada e tem que ser levada aos tribunais. Agora, eu não quero prejudicar. Eu nunca entrei no Banco Econômico, nunca vi um livro do Banco Econômico. Por sorte não tenho nenhum tostão lá.

**João Borges (TV Bandeirantes) —** Durante as entrevistas e nas diversas respostas sobre o caso Econômico, o senhor disse primeiro que era um problema que politicamente estava resolvido, depois que este não era um assunto de matéria do presidente da República e finalmente o senhor disse que infelizmente houve uma politização do caso. Eu pergunto, devemos ler nessas palavras

uma autocritica do presidente que na terça-feira recebeu o senador ACM, a bancada da Bahia e o governador da Bahia para tratar da intervenção do BC em um banco privado?

**Fernando Henrique —** Veja, no momento em que uma bancada pede uma audiência para o presidente, o presidente dá. Tanto mais que ele parte do suposto, que é verdadeiro, de que esta bancada e os que a lideram, estão com o propósito de boa fé de resolver um problema. Agora, os aspectos técnicos — foi o que eu disse há pouco — não são meus, são do Banco Central. Quanto mais nós pudermos agora, nesta fase, que já está claro quais são as intenções das duas partes, que elas já são claras, cabe muito menos uma ação minha ou da bancada e muito mais uma ação do governador ou do seu secretário da Fazenda, de seus homens técnicos com o ministro da Fazenda, presidente do BC e os técnicos.

**João Borges —** Não se trata então de uma autocritica?

**Fernando Henrique —** Mas também não tenho medo de autocritica não, se acharem que eu errei ou se eu mesmo achar, eu acho que quem não tem coragem de fazer autocritica não pode realmente falar para o País. Uma pessoa que é presunçosa não inspira confiança ao País. Talvez eu pudesse ter sido menos condescendente nas audiências, mas não é meu jeito, eu gosto de falar com as pessoas e não o fiz com qualquer outro

propósito senão o de tentar resolver um problema que é real e acho que as pessoas que me procuraram vieram com a mesma intenção. Nunca disse o contrário disse e nem creem no contrário disso. Querem resolver, às vezes a gente não tem a percepção global como eu próprio posso não ter e não tenho em muitos casos. Nós queremos manifestar, até politicamente, um interesse real por um problema local, o problema dos que têm o dinheiro lá, da irmã Dulce com suas atividades lá, o problema do aposentado, por que não,

meu Deus. Agora a forma de fazer isso, eu não posso me excluir nela, nem os outros políticos porque não corresponde a nós isso, corresponde chamar a atenção, dar o quadro dentro do qual nós queremos que haja um processo de solução, mas a solução não pode ser imposta de fora para dentro àqueles que entendem efetivamente do manejo tão complexo da questão financeira.

**Ribamar de Oliveira (O Estado de S. Paulo) —** O sr. tem garantido, já garantiu na semana passada, que o governo e o Tesouro, não vão colocar um tostão para cobrir rombos ou salvar o Banco Econômico, mas as informações que os jornais estão publicando e que são atribuídas ao próprio governo, informam que o BC já colocou R\$ 4,3 bilhões no Banco Econômico. Eu lhe pergunto três coisas. Primeira, porque o BC demorou tanto tempo no Banco Econômico, se se sabe que as dificuldades dele vêm desde janeiro? Segunda pergunta, como é que o BC vai recuperar esses créditos que já estão no Econômico? A terceira pergun-

ta: os parlamentares baianos, eles estão reivindicando um tratamento igual para os depositantes do Banco Econômico, o mesmo tratamento que foi dado ao Banespa e Banerj. Eu lhe pergunto, o sr. acha justo essa reivindicação e segundo, se o sr. não achar justo, o sr. não acha que o governo criou dois tipos de depositantes e de correntistas. Um que tem garantia plena e outro sem garantia, até R\$ 5 mil?

**Fernando Henrique —** Primeiro, esse número, essa cifra de 4 pontos, não sei o que, nunca foi trazida a mim nem é verdadeira. Eu não gosto de entrar em detalhes porque são detalhes de que não disponho, mas certamente o ministro da Fazenda, que está aqui ao meu lado, afirmando que isso não é certo. Segundo lugar, é preciso que, já que está aumentando em tecnicidade, que se entenda como é que funciona este sistema. Em qualquer lugar do mundo os bancos centrais têm mecanismos de redesconto. Redesconto é um empréstimo com taxas de juros pesadas. É uma espécie de contra-garantia dos reais. O banco está em dificuldade, ele vai ao BC, ele dá garantias ao BC e ele tem um empréstimo com taxas de juros. Não é um favor em si. Não é feito por causa daquele banco, é um mecanismo para o sistema poder funcionar. Isso é normal o que acontece. O BC observava o Banco Econômico, que estava buscando uma forma privada de mudança de controle e de aporte de recursos. Isso teria sido o melhor porque evitaria o quê? Exatamente a outra parte de sua pergunta. Um dano para os depositantes. E um dano maior para o Tesouro porque se o novos compradores têm condições financeiras, eles garantem um empréstimo que já está lá. Isso não é dinheiro posto de graça pelo BC, é emprestado. A pergunta do BC agora deve ser como é que eu vou me ressarcir desse empréstimo. Porque o dinheiro é do BC, não é que ele botou e deu pra alguém, emprestou com garantias reais. Como é que eu realizo então essas garantias para eu me defender do empréstimo que pus lá. Essa que é a questão, porque se não fica uma incompreensão, parece que o BC está pondo dinheiro, não é assim não, está emprestando. A outra questão, dos depositantes. Em parte o BC atua para salvaguardar os depositantes. Por isso ele prefere que os bancos não fechem. Agora qual é a diferença com o Banespa. Não foi o BC que resolveu intervir no Banco Econômico por alguma malignidade, é que houve uma corrida contra o banco, os depositantes é que retiraram. Começaram a tirar, a esvaziar, então o BC ou interviu, ou também o dinheiro dele que está lá vai por água abaixo. Isso não ocorreu no Banespa e nem no Banerj. No Banespa e no Banerj não houve perda de confiança por parte dos depositantes. Houve outro processo, houve perda de confiança por parte dos demais bancos que passaram no interbancário, primeiro a cobrar taxas de juros muito elevadas e em seguida, a se recusar a emprestar, a passar então para o Banco do Brasil. Outro processo. Não precisava fechar porque ninguém estava correndo para retirar o depósito. Nunca houve intervenção do tipo do Banespa em banco privado no Brasil, se não me engano. Não houve, porque o depositante acredita que o Tesouro vai honrar, enquanto que o depositante, às vezes descredita do banco privado. Isso não é bom, o BC tem que fazer tudo para que isso não aconteça, para que não haja corrida, quando há corrida é ruim para todos. Mas depois que há

corrida, tem que estancar. Não foi um tratamento desigual, as situações que eram desiguais. Não é que houve uma perversidade ou uma proteção num caso e não no outro, são situações diferentes. Agora, pela lei brasileira, repito aqui o que disse há pouco, como não há seguro, isso é errado, devia haver, e os bancos é que tem que pagar esse seguro, não é o governo, porque isso é uma questão privada. Não é um banco público, é uma questão privada, porque o governo tem que ser responsável pelo dinheiro depositante. O depositante escolhe o banco. O governo tem que ser responsável, isso sim, pela transparência dos balanços e aí acho que a legislação brasileira não é das melhores e as práticas tampouco. Mas o governo não é responsável pela lei, senão por 5% para poupança. Não obstante, como o governo não é insensível as demandas de uma sociedade, o governo tem que prestar a atenção também aos efeitos que pode causar na economia de uma região. Não só da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo, houve um banco de São Paulo também. Tem que prestar a atenção, tem efeito? O governo não é, digamos, um ser que paira acima das coisas e deixa, tá aqui, acontece, não importa, aconteceu. Não, não, o governo tenta evitar, é um processo social, econômico. Então o governo se preocupa com isso, mas não tem obrigação legal, de atender o depositante. Ele tem talvez uma preocupação social. Talvez não. Tem Social. E também das consequências econômicas e busca dentro da escassez de regras do nosso sistema de proteção ao crédito, ele busca fazer o que pode. É o momento adequado pra nós, isso sim. É discussão que vale a pena. Como é que nós vamos proteger o crédito de todos, não desse banco, de todos. Uma legislação que obrigue os bancos a terem um seguro. Nos EUA, eu creio que até US\$ 100 mil está garantido. Não pelo governo, mas porque que o contribuinte, você ou eu, porque nós vamos ter que pagar o que aconteceu aqui ou ali. Não temos e o imposto é nosso. Isso tinha que ser feito pelos próprios bancos ou o conjunto dos contribuintes, se quiserem, paga uma taxa adicional, sei lá como vai ser isso, para que os depósitos sejam garantidos. Então é bom que a gente tire a lição do que aconteceu e não fique na superficialidade das coisas. E muito mesmo julgar a intenção de fulano de beltrano, do presidente, do senador, não está em jogo nossa intenção. Eu não faço nenhum crédito de desconfiança na bancada baiana. Ao contrário, a bancada se sensibilizou a um problema que ela tinha que se sensibilizar mesmo, talvez ela não estivesse de posse de todas as informações. Talvez não tivesse todo o raciocínio e nem era obrigada a ter. Ela tinha que simplesmente fazer um sinal. Olha aqui, pisca a luzinha, tem problema aqui, e tem, vamos ver como é que resolver este problema aqui. Não há e não houve de parte do governo tratamento diferenciado, o problema é que era diferente. Eu pretendo agradecer muito a paciência de vocês e peço uma coisa, vamos manter o farol alto, chega de olhar para baixo, olhar para trás, vamos olhar para frente, temos horizonte, nós vamos firmes, o governo tem rumo, o Brasil tem rumo, deu certo e vai continuar dando certo.

■ Os temas político abordados pelo conteúdo da entrevista coletiva de ontem estão nas páginas A7, A8 e A9



**UMA PESSOA  
PRESUNÇOSA  
NÃO INSPIRA  
CONFIANÇA**